

**MANIFESTAÇÕES DAS RURALIDADES EM PEQUENOS
MUNICÍPIOS GAÚCHOS: o exemplo da Quarta Colônia de
Imigração Italiana**

**MANIFESTATIONS RELATED TO THE RURAL IN SMALL
CITIES OF RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL: THE EXAMPLE OF
THE FOURTH COMMUNITY OF ITALIAN IMMIGRATION**

Michele Lindner

Doutoranda em Geografia, UNESP-Rio Claro, michelindner@gmail.com

Elvis Albert Robe Wandscheer

Doutorando em Geografia, UFRGS, elvishz@yahoo.com.br

Resumo

Atualmente muitas são as tentativas de se definir o que é o rural e o que é o urbano no contexto acadêmico. A concepção tradicional do rural como o lugar do atraso e do urbano, como o lugar do progresso, não pode mais ser tida como absoluta, pois esses espaços têm passado por profundas transformações. Contudo, ainda é possível encontrar pequenos municípios que, devido à presença marcante das ruralidades, podem ser definidos como municípios rurais. É nesse sentido que este artigo pretende identificar ruralidades presentes em sete pequenos municípios do Rio Grande do Sul. Esses municípios que fazem parte da chamada região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, onde ainda hoje se preservam os costumes dos antepassados que colonizaram a região.

Palavras-chave: Rural, urbano, ruralidades, Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Abstract

Nowadays there are many attempts to define what is rural and what is urban in an academic context. The traditional conceptualization which describes the rural as being the place of the late and the urban as the place of progress should not be understood as absolute because these places has been suffering deep changes. However, it is still possible to find towns which due to the intense presence of the rural features can be defined as rural towns. In that sense, in the present paper is aimed at to identify the rural features present in seven small towns in Rio Grande do Sul. Those towns are part of a region called Quarta Colônia de Imigração Italiana (*Fourth Colony of Italian Immigration*), in which there is a preservation of the habits of the ancestral people which colonized the region.

Keywords: Rural, urban, rural features, Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Introdução

Há algumas décadas projetos governamentais e estudos acadêmicos passaram a abordar a temática das ruralidades. Esse interesse deve-se às transformações ocorridas no rural após a modernização do seu sistema produtivo, as quais proporcionaram uma configuração mais diversificada a esse espaço.

A diversificação das atividades fez com que o rural deixasse de ser tido apenas como um espaço agrícola, e seus habitantes como agricultores. Isto é fruto da mudança do sistema produtivo que liberou mão-de-obra no campo, acelerando a necessidade de se buscar novas alternativas de renda, visando garantir a reprodução socioeconômica de seus habitantes, numa busca de adaptação à nova realidade.

Destaca-se assim, que as concepções tradicionais que se referem ao rural como o local do atraso e da rusticidade e do urbano como o lugar do progresso e da modernidade, não podem ser tidas como representações absolutas desses espaços. Rua (2006), ressalta que o rural está integrado as transformações do momento atual de (re)organização do espaço pelo capitalismo, ele permanece como tal, mas recriando e integrando novas lógicas.

A lógica capitalista fez com que o rural integrasse diversos elementos tidos como urbanos, principalmente no que se referem ao acesso as comunicações e bens materiais que proporcionam mais facilidades e conforto a vida cotidiana. Nesse sentido, Wanderley (2000, p.128), coloca que:

A modernização da sociedade nos espaços locais/rurais tem como fundamento a crescente “paridade social”, isto é, a similitude entre as condições de vida das populações que vivem nas cidades e no meio rural e a também crescente disponibilidade, no meio rural, daquilo que ainda é definido como o padrão de “conforto urbano”.

Nesse sentido, fica clara a colocação de Rua (2006), que o rural distingue-se cada vez mais do agrícola, como também a cidade do urbano. Porém, isso não significa o fim do rural ou a fusão desses dois espaços, representa apenas a integração inevitável

desse espaço ao momento atual, no qual o acesso à informação é quase instantâneo e as necessidades de consumo são cada vez maiores. Mesmo com a expansão física de características urbanas no espaço rural, não é possível dizer que este “urbaniza-se”, pois mesmo englobando características do modo de vida dito urbano, ele ainda conserva características peculiares a vida e os costumes rurais. “Rural e urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades” (RUA, 2006, p.86).

As especificidades do rural, muitas vezes também podem ser percebidas em pequenas cidades ou vilarejos. Nesses locais existe uma grande carga cultural, que pode ser traduzida através do apego as tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, suas festividades, gastronomia e economia. Esse conjunto de fatores representa a identidade social da comunidade, a qual reproduz o modo de vida do campo na cidade, ou seja, as ruralidades, que representam de acordo com Moreira e Gaviria (2002), a articulação entre as noções de rural e de identidade social.

Assim como o conceito de urbanidade o conceito de ruralidade, segundo Candiotto e Corrêa (2008a), tem sido trabalhado como referências a territorialidades de indivíduos e grupos sociais, tanto socioculturais, como econômicas e/ou políticas.

Nesse artigo, busca-se identificar as ruralidades em pequenos municípios no interior do Rio Grande do Sul, dando ênfase às manifestações culturais expressas através das festividades das comunidades desses municípios. A área analisada refere-se a um conjunto de sete pequenos municípios, localizados no interior do estado do Rio Grande do Sul, os quais fazem parte de uma região conhecida como a Quarta Colônia de Imigração Italiana. Esses Municípios reproduzem ainda hoje em seu modo de vida, trabalho e festividades, características muito fortes dos antepassados que colonizaram a região e possuem traços marcantes de municípios rurais.

As definições do rural e do urbano

Mesmo com as profundas mudanças ocorridas no campo pós-modernização da agricultura e com as novas configurações que a cidade passou a assumir, com a descentralização das indústrias, ainda pode-se encontrar implícito em muitos discursos

as interpretações clássicas dos conceitos rural e urbano. Tais definições atribuem ao rural o sinônimo do atraso e ao urbano o sinônimo do moderno.

Essa concepção clássica da diferenciação entre rural e urbano é evidenciada no trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), onde esses autores procuram delinear as diferenças ocupacionais, ambientais, no tamanho das comunidades, na densidade populacional, na homogeneidade e na heterogeneidade das populações, na estratificação e complexidade social, na mobilidade social, na direção da migração e no sistema de integração social, buscando dessa forma uma definição sociológica que diferenciaria esses dois espaços.

Contrapondo essa distinção clássica, estudiosos da área passaram a aceitar que não poderia existir apenas o rural e o urbano sem algo que intermediasse essa relação, existiriam vários elementos que dariam a continuidade entre esses dois aspectos. Nesse sentido Wanderley (2001), coloca que a vertente do continuum rural-urbano refere-se a uma relação que aproxima e integra esses dois pólos, onde a hipótese central, mesmo ressaltando as semelhanças e a continuidade, não destrói as particularidades destes, além de não representar o fim do rural. Segundo a autora, nessa concepção “o continuum se desenha entre um pólo urbano e um pólo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações” (Wanderley, 2001, p.33).

Assim, percebe-se já nesse discurso, que a vertente do continuum ressalta a mudança das relações entre esses dois espaços, tornando-os cada vez mais próximos e deixando de ser opostos, porém não preconiza o fim das áreas rurais.

Contudo, mesmo tornando-se cada vez mais próximos, o rural e o urbano não perdem suas peculiaridades e mantém algumas diferenciações. A existência de diferenciações de áreas rurais e áreas urbanas é um elemento presente na configuração de todos os municípios brasileiros e de diversos países. Porém, destaca-se que a forma como essa diferenciação é definida varia de país para país e muitas vezes o seu entendimento torna-se complexo, como no caso do Brasil, onde não existe uma metodologia oficial de definição de áreas urbanas e rurais, ficando a cargo de cada prefeitura decidir esses limites dentro de seu município.

Veiga (2003) coloca que a vigente definição de cidade é fruto do Estado Novo e “foi o Decreto-Lei 311. de 1938 que transformou em cidades todas as sedes municipais

existentes, independentes de suas características estruturais e funcionais” (VEIGA, 2003, p.1). Segundo o autor, a partir disso da noite para o dia “ínfimos povoados, ou simples vilarejos” se tornaram cidades.

Para as futuras cidades seria exigida a existência de pelo menos 200 casas, e para as futuras vilas (sedes de distrito), um mínimo de 30 moradias. Mas todas as localidades que aquela data eram cabeça de município, passaram a ser consideradas urbanas, mesmo que sua dimensão fosse muito inferior ao requisito mínimo fixado para as novas (VEIGA, 2003, p.2).

Mesmo com diversas modificações legais posteriores, essa discrepância da divisão territorial brasileira permaneceu. Só no ano de 1991 houve mudanças significativas quando o IBGE passou a distinguir três tipos de categorias definidas como urbanas e quatro tipos de aglomerados rurais. Sendo as urbanas: áreas urbanizadas e não-urbanizadas de acordo com a intensidade da ocupação humana e áreas urbanas isoladas, definidas por leis municipais, estando separadas por sede municipal, distrital, área rural ou outro limite legal. E as rurais: Aglomerados rurais do tipo extensão urbana, situado fora do perímetro urbano, mas que seja extensão de uma cidade ou vila; Povoado, aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, que disponha do mínimo de serviços e equipamentos e que os moradores exerçam atividades econômicas; Núcleo aglomerado rural isolado que pertença a um único proprietário e outros aglomerados, os quais não representam as características de nenhum dos outros três (VEIGA, 2003, p.2).

Contudo, Veiga (2003) coloca que mesmo com as mudanças, a classificação reforçou a convenção de que são urbanas todas as sedes municipais (cidades), sedes distritais (vilas) e áreas isoladas definidas por Câmaras Municipais sem nenhum outro critério geográfico, de caráter estrutural ou funcional. E nesse sentido, utiliza o exemplo de um município no estado do Acre, no qual coloca que os dois mil e poucos habitantes que residem na sede desse município são considerados urbanos, independente de “quais forem as funções desempenhadas pela aglomeração, o gênero de vida, a forma de civilização e a mentalidade de seus habitantes” (VEIGA, 2003, p.3).

No entanto, cabe destacar que esse problema de definição não é apenas brasileiro. Wanderley (2000), descreve as diferentes definições oficiais do meio rural

adotada pelos países europeus. Segundo a autora, na Bélgica define-se rural através da combinação de dois sistemas um referindo-se aos municípios, sua população e taxa de crescimento e outro em função do lugar da agricultura no espaço habitado; Na Dinamarca, existem duas abordagens, uma da regulamentação da construção, onde a agricultura tem prioridade e outra estatística, sendo rural toda região que compreenda menos de 200 habitações ou municípios com população entre 4.000 e 10.000 pessoas; Na França é considerado rural municípios com menos de 2.000 habitantes, com a distinção suplementar de Zonas de Povoamento Industrial ou Urbano (ZPIU) e o rural profundo “fora das ZPIU”; Na Alemanha existe uma tipologia que reúne índices econômicos, número de habitantes e densidade da população, e nesse sentido existem regiões definidas com “vocação agrícola”; Na Grécia o critério da densidade de 30 hab./km²   utilizada; Na Itália não existem critérios para classificar, mas são considerados rurais os municípios com menos de 10.000 habitantes; Na Irlanda 100 habitantes diferenciam um distrito rural de um distrito urbano; Na Holanda a distin o   feita a partir de um plano de uso do solo; Na Inglaterra o rural   considerado o residual do urbano; E em Portugal e Luxemburgo não há defini o oficial do rural.

Ao falar dos EUA, Wanderley (2000) coloca que l  existe a distin o entre áreas metropolitanas e áreas não metropolitanas, as áreas metropolitanas são as que possuem uma ou mais cidades com pelo menos 50 mil habitantes e os municípios a elas economicamente vinculadas. As não-metropolitanas são as que se encontram fora do limite das metropolitanas e não possuem cidades com 50 mil habitantes ou mais. Já os aglomerados rurais são aqueles que possuem até 2.500 habitantes e estão tanto nas áreas metropolitanas como nas não metropolitanas.

Já a Organiza o para Coopera o e Desenvolvimento Econ mico (OCDE) adota uma tipologia em duas etapas, num primeiro momento classifica como rural aglomerados que tem até 150 hab/km², e num segundo momento ela identifica e classifica pequenas regiões levando em conta a popula o que vive em espaços urbanos e rurais com base na tipologia anterior. Assim com base no grau de ruralidade ou urbaniza o as regiões são reagrupadas em três categorias: as essencialmente rurais, onde a maioria da popula o vive em áreas rurais; as essencialmente urbanas, onde 15% da popula o vive na área rural e as intermediárias, cuja popula o rural varia entre

15% e 50%. Além da OCDE a União Européia possui mais uma tipologia, proposta pelo Gabinete de Estatísticas da União Européia (Eurostat), que tem como critério o “grau de urbanização”, na qual distingue três tipos de regiões: as de população densa, composta por municípios contíguos que possuam densidade demográfica superior a 500 hab./km² e uma população de 50 mil habitantes; zonas intermediárias, formadas por grupos de municípios com densidade de 100 hab./km², essas regiões devem possuir municípios com população de pelo menos 50 mil habitantes ou estarem próximas de zonas de população densa; e as zonas de fraca população, os demais municípios (WANDERLEY, 2000).

Dessa forma, torna-se clara a variação de definições sobre o que é uma área rural e o que é uma área urbana, contudo, é necessário destacar que a utilização da demografia é uma característica muito comum nas classificações oficiais dessas duas áreas. Com base nisso, concorda-se com Wanderley ao afirmar que “o meio rural continua sendo identificado a uma pequena aglomeração, com uma sociabilidade correspondente e onde predominam as paisagens naturais” (WANDERLEY, 2000, p.106).

Portanto, mesmo o rural estando inserido no contexto tecnológico atual e tendo englobado diversas comodidades ditas do mundo urbano, ele continua mantendo suas peculiaridades. O rural continua sendo o rural, tido como sinônimo de contato com a natureza, vida pacata, relações próximas entre os habitantes e ligado a baixa densidade populacional.

O conceito de ruralidades

O espaço rural visto pela atual lógica de consumo urbano, freqüentemente remete-se ao sinônimo de natureza, ar puro, alimentos saudáveis, relações pessoais mais próximas, entre outros aspectos que simbolizam uma melhor qualidade de vida. Biazzo (2008), coloca que nas ultimas décadas tem se destacado uma nova percepção do campo, relativo a um modo de vida “alternativo” e ambientalmente sustentável, correspondente a um resgate da natureza pelos habitantes da cidade que se dirigem ao campo.

Com a busca dos habitantes da cidade pelo campo, este espaço passa a assumir “novas funções”, entre as quais se destacam as atividades de lazer, como o turismo em área rural, segundas residências e diversos tipos de serviços destinados ao público urbano. Segundo Candiotto e Corrêa (2008a), esse fenômeno é apresentado por Graziano da Silva como a “urbanização física do rural”, que refere-se a inserção de novas atividades no campo, sobretudo as não-agrícolas. Esse processo, referenciado comumente como “novas ruralidades” é foco de interesse de diversos estudos na Geografia, Sociologia e outras ciências humanas.

Rua (2006, p. 94), prefere referir-se a “urbanidades no rural” ao invés de falar em “novas ruralidades”, para que não se dê ênfase demasiada ao espaço rural sobre o urbano, e destaca:

As “urbanidades” decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado (RUA, 2006, p.95).

Ao tratar da temática das ruralidades e urbanidades em seu estudo sobre circuito italiano de turismo rural, município de Colombo (PR), Candiotto e Corrêa (2008b, p. 214), destacam que de modo geral “as ruralidades seriam compostas por objetos e ações característicos do rural, e fariam parte da identidade da população de origem rural, enquanto as urbanidades corresponderiam a objetos e práticas de caráter urbano”.

Segundo esses autores existem diferentes interpretações para a temática das ruralidades. Há autores que identificam a *nova ruralidade*, uma tendência homogênea já manifestada em outros países, e aqueles que destacam a existência de diversas ruralidades, heterogêneas que se manifestam em indivíduos e grupos sociais. A nova ruralidade no espaço rural europeu, traduzida por atividades como a agricultura, silvicultura, aquacultura e a pesca; atividades econômicas e de lazer (artesanato, serviços, indústrias) e espaços de lazer, reservas naturais e moradia, estão relacionadas a políticas públicas da União Européia, como PAC (Política Agrícola Comum) de 1992 e os Programas LEADER (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento e Economia Rural) implantados a partir de 1994. Nesse sentido é questionado, se essa nova ruralidade seria

reflexo dos anseios da população rural transformado em políticas públicas ou se é um projeto implantado de cima para baixo, visando modificar as relações produtivas, econômicas, sociais e ambientais no espaço rural.

Nesse sentido, ao buscar referências para este estudo da manifestação das ruralidades em pequenos municípios gaúchos, recorreu-se ao estudo de CandiOTTO e Corrêa (2008a) sobre as “Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo”, no qual os autores ao discorrer sobre o conceito de ruralidades apontam duas correntes de interpretação. Segundo a pesquisa, a primeira corrente vê a ruralidade como um processo de valorização do rural, a qual vem sendo disseminada por instituições globais através de financiamentos e políticas públicas. Essas instituições defendem o discurso da redução da pobreza e desigualdades sociais, porém, segundo os autores, está implícita nesse discurso a ampliação das relações capitalistas, através de novas atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural.

Nessa perspectiva, a nova ruralidade não é algo construído socialmente pela população rural, mas mais uma idéia imposta por organismos concentradores do poder, cristalizada no discurso, porém muitas vezes não concretizada, que passa a ser utilizada e propagada por diversos pesquisadores como novos aspectos da realidade do espaço rural (CANDIOTTO E CORRÊA, 2008a, p.232).

A segunda corrente coloca as ruralidades como realidade empírica, construída, sobretudo de forma endógena. “As ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais” (MOREIRA, 2005, *apud* CANDIOTTO E CORRÊA, 2008a, p. 233).

Dessa forma, o que permitirá falar em ruralidades são as articulações entre as noções de rural e de identidade social, relações específicas dos habitantes do campo com a natureza e sua comunicação direta, face a face (MOREIRA; GAVIRIA, 2002). Mesmo representando as relações específicas dos habitantes do campo, Carneiro (1998 *apud* CANDIOTTO E CORRÊA, 2008a) coloca que a ruralidade não é definida como oposição a urbanidade, ela é um processo dinâmico em constante reestruturação de valores locais, hábitos e técnicas, incorporados a partir da relação entre campo e cidade.

Segundo Candiotta e Corrêa (2008a), além da população rural, a urbana também apresenta suas ruralidades, as quais são idealizadas pela mídia que vende o rural como sinônimo de natureza e vida mais saudável. Assim como a população rural possui urbanidades devido à incorporação dos valores urbanos, seja por meio da televisão ou da internet. Nesse sentido, os autores citam Lima (2005 *apud* Candiotta e Corrêa (2008a), que coloca que existem elementos da ruralidade no urbano, assim como da urbanidade no rural.

Ao encontro disso, Biazzo (2007, p. 19), que acredita ser mais conveniente chamar campo e cidade de campestres e citadinos, ressalta que:

[...] em ambos espaços se manifestam identidades sociais que configuram ruralidades e urbanidade. Em paisagens do campo e das cidades (formas, conjuntos de objetos) existem urbanidades e ruralidade (conteúdos – heranças, origens, hábitos, relações, conjunto de ações) que se combinam, gerando novas territorialidades, admitindo-se que cada local ou região pode abrigar diferentes territorialidades superpostas, relativas a diferentes atores sociais.

Dessa forma, a partir do exposto percebe-se que tanto as ruralidades, quanto as urbanidades, podem estar presentes em qualquer espaço, pois se referem a manifestações culturais, ligadas aos modos de vida, tradições, ocupações, ou seja, elementos característicos desses espaços que ocorrem não necessariamente apenas neles.

Manifestações das ruralidades em pequenos municípios rurais

A Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana localiza-se na porção Central do estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), e é formada por um conjunto de sete pequenos municípios, levando-se em conta características histórico-culturais. Esses municípios foram colonizados por imigrantes italianos que chegaram a esta porção do território gaúcho no final do século XIX, sendo oriundos, em grande parte do norte da Itália, das regiões de Vêneto, Buia e Montava (SPONCHIADO, 1996).

Essa Região é formada por vales encaixados que formam o Rebordo do Planalto Meridional (Serra de São Martinho), entre o Planalto Meridional e a Depressão Periférica Central do Rio Grande do Sul.

Esses pequenos municípios têm sua economia baseada no setor primário, com destaque para as culturas de arroz, batata, fumo, milho, soja feijão e frutas, e as criações de suínos, gado de corte e de leite e aves. Essas atividades são desenvolvidas tendo como força de trabalho a família dos proprietários (NARDI, 2007).

As propriedades rurais são em geral pequenas unidades produtivas (em média 20 hectares por unidade familiar, minimizada ainda mais, dada a topografia que em sua grande maioria dificulta o cultivo agrícola), trata-se de uma agricultura com reduzida dimensão de exploração, que visa principalmente o autoconsumo e o abastecimento de mercados locais.

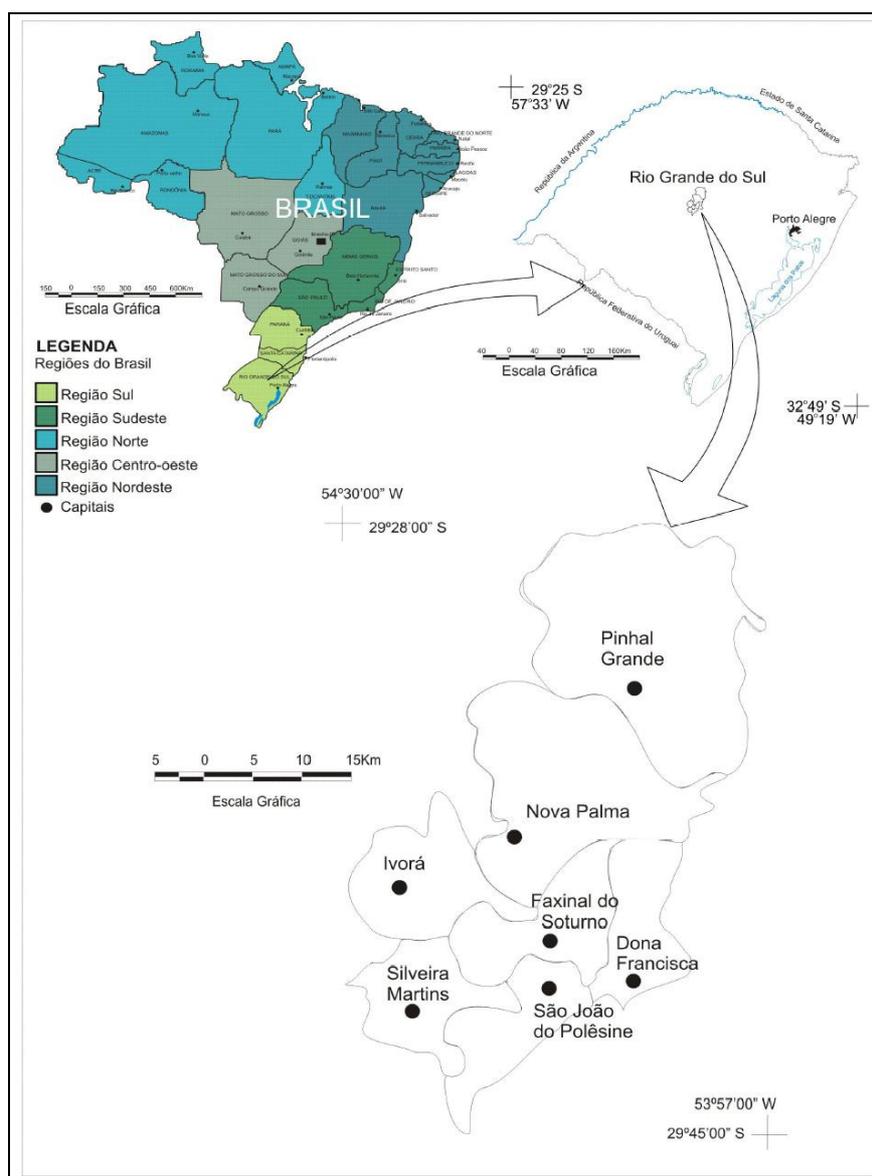


Figura 1 - Localização dos municípios componentes da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Fonte: NARDI, 2007.

Outra característica dessa região é a permanência da população na área rural. Conforme pode ser visualizado na Tabela 1, pouco mais da metade da população desses municípios ainda reside na área rural. Destaca-se que das sete cidades que compõe a Quarta Colônia de Imigração Italiana, apenas duas delas, Dona Francisca e Faxinal do Soturno, possuem população urbana superior a rural.

Tabela 1: População da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana – RS

Município	População Urbana (2004)	População Rural (2004)	População Total (2004)
Dona Francisca	2.568	1.449	4.017
Faxinal do Soturno	4.343	2.417	6.760
Ivorá	737	1.577	2.314
Nova Palma	2.979	3.391	6.370
Pinhal Grande	1.742	3.095	4.837
São João do Polêsine	1.209	1.595	2.804
Silveira Martins	1.122	1.364	2.486
Total	14.700	14.888	29.588

Fonte: RS Virtual, 2008.

Além dos dados apresentados, os quais demonstram que estes municípios possuem uma vocação rural, buscou-se a definição dos mesmos como municípios rurais, o que se deu através da abordagem Territorial Escalar Hierarquizada (TEH). Essa abordagem é inspirada na abordagem territorial da OCDE e nas sugestões de classificação para áreas rurais no Brasil de José Eli da Veiga. Nesta abordagem, Schneider e Blume (2004) sugerem um novo recorte para mensurar e dimensionar a população no espaço rural. Para sua operacionalização, o recorte territorial utiliza-se de dois níveis hierárquicos de análise, o territorial e o local. No nível local utiliza-se como base os municípios e no territorial as microrregiões. No caso desse estudo, optou-se por trabalhar apenas com o nível local para a definição de municípios rurais. Portanto, para a operacionalização da metodologia TEH para unidades locais, buscando a diferenciação das unidades locais urbanas das unidades locais rurais, utiliza-se a densidade demográfica (80 hab./km²) e o patamar (estrato) populacional (100.000 hab.).

Dessa forma, municípios com densidade demográfica menor que 80 hab./km², serão classificados como Municípios Rurais e municípios com densidade demográfica igual ou maior a 80 hab./km² ou valor igual ou maior a 100.000 hab. serão considerados municípios urbanos (SCHNEIDER; BLUME, 2004).

Dessa forma, baseando-se na TEH, os municípios que compõem a Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana configuram-se como municípios rurais, já que nenhum deles apresenta densidade populacional igual ou superior a 80 hab./km², o que pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2: População, área total e densidade populacional dos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana (2007)

Município	POPULAÇÃO (milhares)	ÁREA TOTAL (mil km ²)	DENSIDADE (hab./km ²)
Dona Francisca	3.572	114	31,33
Faxinal do Soturno	6.343	170	37,31
Ivorá	2.378	123	19,33
Nova Palma	6.432	314	20,48
Pinhal Grande	4.496	477	9,42
São João do Polêsine	2.702	86	31,42
Silveira Martins	2.479	118	21,01
Total	28.402	1.402	20,26

Fonte: IBGE, 2008.

Porém, não é apenas através da densidade populacional e da economia que identificamos as ruralidades, estas podem manifestar-se também nos hábitos dos habitantes, nos contatos diretos e pessoais dessas comunidades, na alimentação, e principalmente nas festas dessas comunidades.

As festividades de pequenas comunidades costumam trazer traços típicos tidos como do “mundo rural”, os quais se manifestam em vários aspectos e reúnem não apenas a comunidade do local, como também dos municípios próximos, além de amigos e parentes dos habitantes da comunidade.

Nos municípios da Região da Quarta Colônia são muito comuns as festas em torno de produtos alimentares, principalmente os agropecuários, como é o caso da Festival do Queijo e do Vinho (figura 2), no município de Faxinal do Soturno, a Festa da Batata e a Festival da Uva e das Águas. Essas festas, assim como várias outras festas temáticas (Expocolônia e do Padroeiro São Roque – Faxinal do Soturno, Festa dos Navegantes – Dona Francisca, Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto – São João do Polêsine, Festa da Abóbora e Festa do Amendoim – Ivorá) que acontecem nos Municípios da Quarta Colônia tem como principais atrações elementos que resgatam costumes do rural e dos antepassados que colonizaram a região.



Figura 2 – Festival do Queijo e do Vinho – Faxinal do Soturno, RS
Fonte: Pesquisa de Campo do Grupo de Pesquisa Turismo e Desenvolvimento – UFSM. 2006.

Esses elementos podem ser verificados na mobilização das comunidades em torno das festas, onde a comunidade se une para a organização dos preparativos, trabalhando em conjunto em torno de uns objetivos comuns, transmitindo dessa forma a valorização da identidade local e familiar implícitas na festa.

Outros elementos tidos como característicos do rural estão no preparo dos alimentos a serem comercializados nas festas, nos quais é privilegiado o uso dos produtos produzidos localmente, também no caso do vinho servido, geralmente de fabricação local. Nesse sentido, visualiza-se a produção do meio rural, muito além do próprio espaço em si. Tendo a manifestação da ligação entre atividade produtiva, produtos, produtores(as) e família(s) envolvidas no processo, perfazendo o sentido de identidade.

Além desses elementos de identificação com os “hábitos rurais”, existem outros muito eminentes nas festividades desses locais, os quais podem ser vislumbrados já em sua apresentação, a qual muitas vezes utiliza produtos agropecuários em sua decoração (Figura 3), assim como as relações de proximidades entre as pessoas que freqüentam as

festas, as quais podem ser identificadas nas mesas compridas onde as pessoas sentam juntas e assim passa-se a ter uma maior interação entre os participantes.



Figura 3 – Decoração do Festival do Queijo e do Vinho – Faxinal do Soturno, RS e da Festa da Batata – Silveira Martins, RS.

Fonte: Pesquisa de Campo do Grupo de Pesquisa Turismo e Desenvolvimento – UFSM. 2006.

No caso das instalações, geralmente faz-se uso de salões de festas de igrejas, tendo em seu entorno capelas, santuários, basílicas e a própria igreja da comunidade, acentuando o caráter comunitário desses eventos.

Essas festividades não perpassaram as esferas locais de abrangência. Dessa forma, perpetuam-se no âmbito local hábitos historicamente difundidos e que atravessam gerações familiares, sobretudo no tocante às formas de produção agrícola, as manifestações culturais, as festividades e a gastronomia.

Nesse sentido, os aspectos produtivos e culturais locais diretamente ligados aos hábitos rurais conduzem a uma determinada configuração que se dá não somente na estruturação das festividades locais, mas sim, em todos os hábitos cotidianos. É nessa valorização que as ruralidades permanecem em locais como esses, pequenos municípios no interior do país onde as tradições são muito valorizadas e difundidas.

Considerações finais

No debate em torno do meio rural, sua valorização, identidade e simbologias peculiares, encontram-se as manifestações de toda uma conjunção de ações cotidianas

carregadas de valores próprios e heranças históricas, na qual se fundamenta a existência das ruralidades. Essa conjunção encontra-se muitas vezes não apenas no rural dos pequenos municípios, mas também na área dita urbana desses locais.

Pequenos municípios no interior do Brasil, como estes da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, apresentados nesse artigo apresentam muito mais as características rurais em seu cotidiano do que as propriamente urbanas. Isso tudo ocorre, seja pelo apego as tradições, seja pela falta de infra-estrutura para o seu funcionamento como cidade em si, ou então ambos os casos. A falta de estrutura mesmo pode reforçar a permanência de muitos costumes, pois a distância das “novidades” faz com que a comunidade não mude os costumes.

Nesse sentido, torna-se comum que esses municípios não busquem mudanças e procurem saciar suas carências em municípios maiores das proximidades. No caso dos municípios da Região da Quarta Colônia, seus habitantes buscam no município de Santa Maria - RS, o que não encontram em suas cidades, principalmente no caso do comércio e educação para seus filhos.

Contudo, percebe-se nesses locais a presença marcante das ruralidades em toda a sua extensão, sejam elas expressas pelas festividades, pelo contato próximo de seus habitantes, enfim, ela esta presente no modo de vida dessas comunidades, tornando esses municípios, municípios com características rurais.

Referências

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lucia Salazar (Org.). **Interações Geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. 1. ed. Uberlândia: Roma, 2007. 207 p. p. 10 - 22.

_____. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: **Anais do 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa (4º ENGRUP) – Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Sócio-Espaciais**. São Paulo, 8 - 10 Set. 2008, p. 132 - 150. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais4%ENGRUP/trabalhos/biazzo_p_p.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2009.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território**: revista de geografia agrária. Uberlândia, v.3, n. 5, p. 214 - 242, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

_____. Ruralidades e Urbanidades no circuito italiano de turismo rural, município de Colombo, PR. In: MARAFON, Glaucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Org.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais**: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. 1. ed. Uberlândia: Assis Editora, 2008. 352 p. p 213 – 247.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 16 out. 2008.

MOREIRA, Roberto José; GAVIRIA, Margarita Rosa. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. **Estudos Sociedade e Agricultura**: Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural. Rio de Janeiro, n. 18, p. 47 - 72, abril 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/roberto18.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2008.

NARDI, Oni. **O meio rural da Quarta Colônia de Imigração Italiana como tema e cenário turístico**. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria/Santa Maria, 2007.

RS VIRTUAL. **Municípios Gaúchos**. Disponível em: <<http://www.riogrande.com.br/municipios/default.htm>>. Acesso em 11 jun. 2008.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=23>>. Acesso em: 08 dez. 2009.

SCHNEIDER, Sérgio.; BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.107, p.109 - 135, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/sergio_e_roni.pdf>. Acesso em 22 abr. 2008.

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Hucitec. 1981. 224 p. p. 198-224.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico.** 22 p. Disponível em: <www.fea.usp.br/professores/zeeli>. Acesso em: 09 nov. 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura:** Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural. Rio de Janeiro, n. 15, p. 87 - 145, out. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>>. Acesso em: 08 dez 2009.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-44. Disponível em: <<http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/rural/rural.html>>. Acesso em: 11 jun. 2008.

Artigo recebido em setembro/2009 e aceito para publicação em janeiro/2010.